

Índice

1. Objetivo	2
2. Abrangência	2
3. Confidencialidade	2
4. Definições	2
5. Autoridades e Responsabilidades	3
6. Diretrizes Gerais	4
7. Detalhamento	5
7.1. Coleta de Dados	5
7.2. Dados de Identificação do Titular	5
7.3. Coleta de Dados não previstos expressamente	5
7.4. Uso de Dados sem consentimento do Titular	5
8. Documentos de Referência	8
9. Legislação Associada	8
10. Informações Complementares	8

1. **Objetivo**

A presente Política de Privacidade contém informações a respeito do modo como a Essor Seguros S.A., doravante “ESSOR”, trata total ou parcialmente, de forma automatizada ou não, os dados pessoais dos clientes, doravante “Titular(es)” que acessam nossos sites, contratam nossos serviços e produtos, por nosso intermédio ou de nossos parceiros de negócio. Aqui também objetiva-se esclarecer os interessados acerca dos tipos de dados que são coletados, dos motivos da coleta e da forma como o titular poderá atualizar, gerenciar ou excluir estas informações.

2. **Abrangência**

Este documento aplica-se a todos os colaboradores da ESSOR, em todos os níveis, incluindo gerentes, diretores e outros executivos. É também aplicável aos parceiros de negócio e fornecedores de bens e serviços formalmente contratados.

3. **Confidencialidade**

As informações contidas neste documento são consideradas públicas, podendo, se necessário, ser objeto de divulgação externa.

4. **Definições**

Consentimento - Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Controlador - Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Dado pessoal - Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

Dado sensível - Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Encarregado de Proteção dos Dados - Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Operador - Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais - Documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Titular - Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. Todas as pessoas físicas (naturais) possuem dados pessoais dos quais são titulares (proprietárias) e que só devem ser compartilhados mediante seu consentimento expresso e específico.

Tratamento de dados - é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento e transformação em novos dados a partir dos antigos, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado de dados - Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos ou entre entes privados.

Violação de Dados Pessoais - violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

5. Autoridades e responsabilidades

5.1. Alta Direção

- 5.1.1. Garantir o cumprimento do disposto nesta política e nas demais regulamentações complementares, disponibilizando os recursos necessários para tal.
- 5.1.2. Nomear ou destituir o Encarregado de Proteção de Dados.

5.2. Áreas de Negócio e Apoio

- 5.2.1. Tratar as informações pelas quais são responsáveis dentro de seus processos de negócio, de acordo com os requisitos estabelecidos por esta política, inclusive se tais informações forem tratadas por parceiros de negócio ou qualquer outro agente que participe dos processos da área.

5.3. Compliance

- 5.3.1. Além das obrigações do item 5.2., cabe ao departamento de Compliance definir um programa de revisão, ou auditoria, para verificar se os controles previstos nesta política estão sendo aplicados.

5.4. Encarregado de Proteção de Dados.

- 5.4.1. Atender a reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências.
- 5.4.2. Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências.
- 5.4.3. Orientar os funcionários e parceiros da ESSOR a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.
- 5.4.4. Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.
- 5.4.5. Elaborar e atualizar periodicamente o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.

6. Diretrizes gerais

6.1. A ESSOR, como Controlador, se compromete a cumprir as normas previstas na LGPD, de acordo com as seguintes obrigações referentes aos dados pessoais do titular:

- 6.1.1. Serão processados de forma lícita, leal e transparente;
- 6.1.2. Serão coletados apenas para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- 6.1.3. Serão coletados de forma adequada, pertinente e limitada às necessidades do objetivo para os quais eles são processados;
- 6.1.4. Serão exatos e atualizados sempre que necessário, de maneira que os dados inexatos sejam apagados ou retificados quando possível;
- 6.1.5. Serão conservados de forma que se permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- 6.1.6. Serão tratados de forma segura, protegidos do tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

6.2. O titular possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

- 6.2.1. Direito de confirmação e acesso - é o direito do titular de obter da ESSOR a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais;
- 6.2.2. Direito de retificação - é o direito do titular de obter da ESSOR, sem demora injustificada, a retificação dos dados pessoais inexatos que lhe digam respeito;
- 6.2.3. Direito à eliminação dos dados (direito ao esquecimento) - é o direito do titular de ter seus dados apagados dos registros da ESSOR e dos operadores conectados para finalidade, desde que não conflite com as exigências regulatórias descritas no item 7.6.
- 6.2.4. Direito à limitação do tratamento dos dados - é o direito do titular de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo obtê-la quando contesta a exatidão dos dados, quando o tratamento for ilícito, quando a ESSOR não precisar mais dos dados para as finalidades propostas e quando tiver se oposto ao tratamento dos dados e em caso de tratamento de dados desnecessários;
- 6.2.5. Direito de oposição - é o direito do titular de, a qualquer momento, se opor por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito, podendo se opor ainda ao uso de seus dados pessoais para definição de perfil de marketing;
- 6.2.6. Direito de portabilidade dos dados - é o direito do titular de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à ESSOR, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outra empresa;
- 6.2.7. Direito de não ser submetido a decisões automatizadas - é o direito do titular de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar.

7. Detalhamento

7.1. Coleta de dados

A coleta de dados do titular se dará em conformidade com o disposto nesta Política de Privacidade e dependerá de seu consentimento, sendo este dispensável somente nas hipóteses previstas no art. 11, inciso II, da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

7.2. Dados de identificação do titular

A fim de efetivar a contratação do seguro ou a percepção de prestação de qualquer outro serviço decorrente daquele ou contratado de modo adicional, a ESSOR poderá recolher e tratar, entre outros, os seguintes dados pessoais:

- A. Dados de identificação: nome, sobrenome, CPF, RG, data de nascimento, nacionalidade, estado civil, profissão, sexo, número e dados da CNH, filiação e dependentes, número de identificação do corretor;
- B. Dados de contato: endereço, CEP, cidade, telefone, celular e e-mail;
- C. Dados financeiros: dados bancários (banco, agência e conta), comprovantes de rendas e salário;
- D. Dados de bens segurados: veículos, propriedades, equipamentos ou qualquer outro dado estritamente relacionado com o(s) bem(s) a ser segurado(s);
- E. Dados de saúde: declaração pessoal de saúde, prontuário médico, exames médicos e condições de saúde.

A ESSOR também poderá coletar informações automaticamente quando o titular acessar os sites (portais, cotadores etc.) tais como características do dispositivo e navegador, protocolo de Internet (IP, com data e hora e origem), informações sobre cliques, páginas acessadas e respostas em formulários.

7.3. Coleta de dados não previstos expressamente

Eventualmente, outros tipos de dados não previstos expressamente nesta Política de Privacidade poderão ser coletados, desde que sejam fornecidos com o consentimento do titular, ou, ainda, que a coleta seja permitida ou imposta por lei.

7.4. Uso de dados sem consentimento do titular

7.4.1. O tratamento de dados pessoais sem o consentimento do titular apenas será realizado em razão de interesse legítimo ou para as hipóteses previstas em lei, ou seja, dentre outras, as seguintes:

- A. Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- B. Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular dos dados;
- C. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- D. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular dos dados ou de terceiros;
- E. Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção dos dados pessoais.

- 7.4.2. O consentimento dos relativamente ou absolutamente incapazes, especialmente de crianças menores de 16 (dezesseis) anos, apenas poderá ser feito, respectivamente, se devidamente assistidos ou representados.

7.5. Finalidade do tratamento dos dados pessoais

Os dados pessoais do titular coletados pelas ESSOR têm por finalidade viabilizar a realização do contrato de seguro e a realização de suas condições ao longo de sua vigência. Objetiva-se facilitar, agilizar e cumprir os compromissos estabelecidos e conferir às partes segurança jurídica.

O tratamento de dados pessoais para finalidades não previstas nesta Política de Privacidade somente ocorrerá mediante comunicação prévia ao titular, sendo que, em qualquer caso, os direitos e obrigações aqui previstos permanecerão aplicáveis.

7.6. Prazo de armazenamento de dados pessoais

Em atendimento às disposições do art. 15, caput e parágrafos, da Lei Federal n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e à Circular SUSEP Nº 605, de 28 de maio de 2020, os dados pessoais do titular referentes a operações de seguros serão coletados e armazenados por, pelo menos, 5 anos. Dados não cobertos pela legislação citada serão conservados por um período não superior ao exigido para cumprir os objetivos em razão dos quais eles são processados.

7.7. Uso compartilhado, destinatários e transferência dos dados de titulares

Os dados pessoais do titular poderão ser compartilhados intragrupo, com resseguradoras, co-seguradoras, empresas parceiras de negócio, prestadores de serviços e fornecedores da ESSOR, entendidas como OPERADORAS para os fins desta política, que atuem na comercialização dos produtos de seguros e no atendimento ao cliente dentro dos critérios estabelecidos nas condições gerais dos contratos estabelecidos.

A ESSOR se compromete a envidar seus melhores esforços para garantir a proteção dos dados compartilhados aplicando as regras mais rigorosas, por meio de cláusulas contratuais junto a parceiros e fornecedores, específicas para transferência, armazenamento ou qualquer outro tipo de tratamento dos dados dos titulares.

7.8. Do Encarregado de Proteção de Dados

O Encarregado de Proteção de Dados é o profissional responsável por informar, aconselhar e coordenar as áreas e parceiros responsáveis quanto ao tratamento dos dados a eles confiados, a respeito das obrigações da ESSOR nos termos da Lei de Proteção de Dados Pessoais e de outras disposições de proteção de dados presentes na legislação nacional e internacional, em cooperação com a autoridade de controle competente.

Na ESSOR, o Encarregado de Proteção de Dados, nomeado pela administração em documento próprio, pode ser contatado pelo e-mail: privacidade@essor.com.br.

7.9. Segurança no tratamento dos dados pessoais do titular

A ESSOR se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de qualquer violação, acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do titular.

No entanto, a ESSOR se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataques externos, ou culpa exclusiva do titular, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiros. A ESSOR se compromete, ainda, a comunicar o titular em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

7.10. Reclamações de titulares

7.10.1. O titular poderá exercer os seus direitos por meio de comunicação escrita enviada ao Encarregado de Proteção de Dados da ESSOR, especificando em sua solicitação:

- Nome completo e Número do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas, da Receita Federal do Brasil);
- Razão Social e CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, da Receita Federal do Brasil) se aplicável;
- Endereço de e-mail do titular e, se for o caso, do seu representante;
- Direito que deseja exercer junto à ESSOR;
- Data do pedido e assinatura do titular;
- Todo documento que possa demonstrar ou justificar o exercício de seu direito.

O titular será informado em caso de retificação ou eliminação dos seus dados.

7.10.2. A resposta aos questionamentos do titular deve ser enviada em 15 (quinze) dias corridos contados da data do requerimento.

7.10.3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação a uma autoridade de controle ou regulação do tratamento de dados previsto na legislação.

7.11. Das alterações destas políticas

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa ou adaptada às evoluções do negócio, seja pela disponibilização de novos produtos, supressão ou modificação daqueles já existentes. Assim, a ESSOR assume o compromisso de tornar pública em seu site toda e qualquer alteração que esta política venha a sofrer.

8. Documentos de referência

- 8.1. Scor - Code of Conduct
- 8.2. Scor - Data Protection Policy
- 8.3. Guia de Boas Práticas para LGPD – A Confederação Nacional das Empresas de Seguros

9. Legislação associada

- 9.1. Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais)
- 9.2. Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)
- 9.3. Regulamento UE n. 2016/679 de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral Europeu de Proteção de Dados Pessoais - RGDP)
- 9.4. Circular SUSEP Nº 605, de 28 de maio de 2020

10. Informações complementares

- 10.1. Para a solução das controvérsias decorrentes do presente instrumento, será aplicado integralmente o Direito brasileiro. Os eventuais litígios deverão ser apresentados no foro da comarca em que se encontra a sede da ESSOR.
- 10.2. Toda e qualquer situação que indique violação ou potencial desconformidade ao estabelecido esta Política, deverá ser imediatamente relatada ao Encarregado de Proteção de Dados.